

A CRISE BRASILEIRA

Sob qualquer ângulo que se examine a atual conjuntura político-econômica, a sensação é de crise. Do lado político, o problema maior é a discussão do *impeachment* da Presidente Dilma. Em torno do *impeachment*, os partidos se digladiam sem credibilidade nas propostas do PT, do PMDB ou do PSDB, na oposição. Em termos de pessoas, a situação gira em torno da Presidente Dilma, dos Presidentes da Câmara e do Senado e também do Vice-Presidente Temer, além do ex-Presidente Lula. A “guerra” está se agravando, sem definição.

É possível que a primeira resposta da sociedade aconteça nas eleições municipais deste ano. Até lá, ao que tudo indica, a crise política não sai do brejo.

Enquanto isso, a saída da crise depende do Executivo, pois a Presidente Dilma detém um poder completo sobre como usar o Orçamento, governar mediante Medidas Provisórias, comandar metade do sistema financeiro. A solução está nas mãos do Governo. **Mas o Governo tem se mostrado incompetente e despreparado.**

A crise econômica tem várias causas, mas é certo que a causa principal é de origem política. O gigantismo do Estado, o descontrole administrativo, a carga fiscal, a burocracia, a equivocada política monetária, a dívida pública, tudo isso levou o Governo a uma situação insustentável.

O drama fiscal consiste, hoje, em conseguir economias orçamentárias para pagar os juros e reduzir a dívida

pública (70% do PIB). Em 2015, a carga dos juros chegou a R\$501,8 bilhões, produzindo um **aumento da dívida de R\$675,1 bilhões.**

Anos	Em R\$ milhões			
	2013	2014	2015	2016*
Déficit nominal	157,6	343,9	613,0	593,2
Déficit primário	-91,3			
(economia p/pagar juros)		-32,5	-111,3	-95,7
Juros sobre a dívida	248,9	311,4	501,8	497,5
Dívida bruta	2.748,0	3.252,4	3.927,5	4.719,2
% do PIB	51,7%	57,2%	66,2%	74,0%

* Projeções do Bradesco

Fonte: Banco Central do Brasil e Banco Bradesco

Para 2016, o Governo está fazendo a maior ginástica para pagar um mínimo dos juros. Até agora, nada. Pelo contrário, projeta-se um déficit próximo ao de 2015. O Governo perdeu o controle das contas públicas.

É fácil concluir que o **Banco Central**, forçando a elevação da taxa de juros SELIC, é o **maior responsável** pelo “buraco” das contas públicas.

Nesse contexto, a queda do PIB, a inflação elevada e o aumento do desemprego, com perda da renda da grande massa de trabalhadores, configura uma crise econômica nas mesmas proporções da crise política.

Não é difícil imaginar que as duas crises caminham para uma terceira, **a crise social**, de trágicas consequências. No momento em que se

der a insolvência da Previdência Social, sem condições de pagar aos trabalhadores aposentados, aí será o pico da crise social.

Ficamos na expectativa de um milagre, um GRANDE MILAGRE.

ECONOMIA DO PETRÓLEO

Três assuntos relevantes podem mudar o curso dos negócios, na área do petróleo: 1º) O Ministério de Minas e Energia, a Petrobras e a ANP estão examinando a revisão do contrato pelo qual a União capitalizou a Petrobras com R\$74,8 bilhões, mediante a cessão onerosa de 5 bilhões de barris de petróleo do pré-sal. Com a revisão, a União espera receber aporte de recursos da Petrobras. O assunto está sob exame do TCU; 2º) o Governo do Estado do Rio de Janeiro sancionou lei determinando a cobrança de ICMS sobre a extração de petróleo no Estado. As empresas Shell/BG, Chevron, Statoil, Repsol, Sinopec e Petrogal recorreram à Justiça contra a cobrança; 3º) o Senado aprovou o PLS nº131 proposto pelo Senador José Serra, que acaba com a obrigatoriedade da Petrobras participar com 30% dos novos investimentos na área do pré-sal e também com a exclusividade na sua administração. A decisão representa importante abertura do mercado às empresas privadas. **NOTA DEZ para o Senador José Serra.**

EQUÍVOCOS LAMENTÁVEIS

A oposição dos militantes do PT a das Centrais Sindicais às propostas de reformas, que todos consideram essenciais, constitui sério obstáculo que compromete os esforços para a retomada da **confiança**, sem a qual a economia brasileira não sai da crise. É o caso, por exemplo, da reforma da Previdência Social, que visa garantir condições de aposentadoria aos próprios

trabalhadores, dentro de 20 anos ou mais. O mesmo ocorre com a proposta de regulamentação da Terceirização, com o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho e garantir a criação de empregos. Lamentável.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

Pioraram as expectativas para 2016. Segundo projeções da CNC, antecipa-se uma queda surpreendente de 4% do PIB, maior do que o trágico recuo de 2015.

Projeção do PIB

Itens	Participação Relativa PIB	2015 *	2016 *	
			Mercado	CNC
Indústria	24,3%	-8,3%	-4,2%	-6,0%
Agropecuária	9,7%	1,7%	2,0%	0,5%
Serviços	65,9%	-2,4%	-3,5%	-4,0%
Comércio	10,5%	-4,3%	-3,4%	-3,9%
Total PIB	100,0%	-3,6%	-3,5%	-4,0%
Consumo das famílias	63,3%	-3,8%	-4,0%	-4,0%
Consumo do governo	19,5%	-0,3%	-1,0%	-1,3%
Formação bruta de capital fixo	18,7%	-14,5%	-11,0%	-11,0%
Exportação	12,7%	5,1%	3,0%	1,0%
Importação (-)	14,3%	-14,4%	-9,0%	-5,0%
Total PIB	100,0%	-3,6%	-3,5%	-4,0%

* Projeções

Fonte: IBGE, BC, Bradesco, CNC

17/02/2016

Pelo visto, a produção industrial vai continuar puxando para baixo as atividades econômicas e, após queda de 8,3% em 2015, espera-se um recuo da ordem de 6,0% neste ano.

Indústria

Em 2009, devido à crise mundial, a produção da indústria recuou

7,1%, mas recuperou-se surpreendentemente em 2010, com alta de 10,2%. Desde então, a produção industrial entrou em declínio, despencando -3,0% em 2014 e -8,3% em 2015. Para 2016, a previsão do Boletim FOCUS é de queda de 4,0%. O trágico, nessa conjuntura, foi a queda de 18,1% dos investimentos em proporção do PIB, em 2015.

A indústria automobilística iniciou 2016 com sensível queda de 29,3% em janeiro, em relação a janeiro/15. O licenciamento caiu 38,8%, as vendas de máquinas agrícolas e rodoviárias caíram 53,2% e as exportações em dólares registraram recuo de 18,3%.

A utilização da capacidade industrial caiu de 67% em janeiro/15 para 62% em janeiro último. O faturamento da indústria de máquinas e equipamentos iniciou o ano com queda de 35%.

Comércio

As vendas do comércio restrito fecharam 2015 com queda de 4,3% (PMC) e do comércio ampliado -8,6%.

Segundo a FGV, o índice de confiança dos empresários do comércio registrou alta de 0,7 pontos, em fevereiro. O SPC e o CNDL revelam que 86,7% dos micro e pequenos empresários (MPES) não têm intenção de demandar crédito nos próximos três meses.

A CNC informa que o endividamento dos consumidores recuou em fevereiro e que o número de famílias com dívidas em atraso caiu ligeiramente. A receita do setor de serviços recuou 3,6%, em 2015. As vendas do comércio lojista caíram em 26 das 27 unidades federativas, com destaque para Amapá (-12,4%), Paraíba (-10,3%) e Goiás (-10,2%). Em Roraima, houve avanço de 6,5%.

Mercado de Trabalho

Com base no índice PME do IBGE para as seis principais regiões metropolitanas, a taxa de desemprego subiu para 7,6% em janeiro, comparada com 5,3% em janeiro/15. A renda do trabalhador caiu 7,4%. Em São Paulo, o desemprego atingiu 1,5 milhão de trabalhadores, com alta para 14%.

Setor Financeiro

O saldo do financiamento bancário subiu para 6,2%, comparado com 6,7% em dezembro.

Inflação

A inflação medida pelo IPCA/IBGE encerrou 2015 com elevação de 10,67% e reforçou a tendência de alta em janeiro, subindo 1,27%. A primeira prévia do IPCA-15 para **fevereiro**, assinala subida de 1,42%, com destaque para **alimentação** (+1,92%), **educação** (+5,91%) e **transportes** (+1,65%).

Setor Público

Em janeiro, o **superávit primário** do setor público chegou a R\$27,9 bilhões, o pagamento de juros a R\$56,2 bilhões, produzindo um déficit nominal de R\$28,3 bilhões. O Governo não consegue qualquer economia para pagar os juros e, em consequência, a dívida pública continua aumentando. Em janeiro, a Receita Federal registrou uma queda de 6,71% na arrecadação, em relação a janeiro/15.

A União está prestes a alongar as dívidas dos Estados em até 20 anos.

Setor Externo

A economia dos Estados Unidos continua instável. As encomendas de bens duráveis aumentaram 4,9% em janeiro, em relação ao mês, mas o setor de serviços (80% do PIB) caiu de 53,2% em janeiro para 49,8% em fevereiro.